

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.148 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2000



José Jorge é o relator da Subcomissão do Judiciário

Congresso vai discutir formas de moralizar gestão pública

Maior transparência das contas governamentais e combate à corrupção são objetivos das medidas propostas pelo governo federal

Após consulta à população, feita pelo Executivo, o Congresso examinará a proposta de emenda constitucional e o projeto de lei complementar anunciados pelo presidente da República para tornar o serviço público mais transparente. Os dois anteprojetos estão na Internet à disposição da sociedade para receber, até 31 de outubro, sugestões que permitam aperfeiçoá-los. As novas regras poderão ser aplicadas às três esferas de poder e aos três níveis de governo (federal, municipal e estadual).

PÁGINA 5



Se o Congresso acatar sugestão do Executivo, ficará proibida a liberação de verbas para obras consideradas irregulares pelo TCU

Incentivo para a capacitação profissional

O senador José Jorge propôs redução de impostos para empresas que investirem em cursos profissionalizantes.

PÁGINA 2

SUBCOMISSÃO DO JUDICIÁRIO OUVU MARTUS TAVARES SOBRE TRT-SP

PÁGINA 3



Martus Tavares falará sobre a liberação de verbas para as obras do fórum trabalhista de São Paulo

Deficientes, idosos e gestantes podem ter direitos ampliados

Os senadores devem votar dia 14 projeto que garante direito de atendimento prioritário, em locais como meios de transporte e repartições públicas, a idosos, gestantes, lactantes, deficientes e pessoas com crianças de colo.

PÁGINA 4



Para Cabral, liberdade é fundamental para o MP cumprir seu papel

CABRAL DEFENDE INDEPENDÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PÁGINA 6



Álvaro Dias considera que o modelo de venda das estatais é "perverso"

PRIVATIZAÇÃO DILAPIDA PATRIMÔNIO PÚBLICO, AVALIA ÁLVARO DIAS

PÁGINA 2



Marina Silva defende o cultivo desses produtos apenas para pesquisa

MARINA SILVA QUER TRANSGÊNICOS PROIBIDOS NO PAÍS POR CINCO ANOS

PÁGINA 8

Álvaro Dias critica a política de privatizações

Senador alerta que modelo adotado é perverso, dilapida o patrimônio público e não leva em conta os interesses dos brasileiros

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) criticou ontem o processo de privatizações, tanto de empresas nacionais quanto de instituições paranaenses. Álvaro afirmou que há perspectiva de crescimento de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos anos, mas perguntou se não seria possível conseguir resultados semelhantes sem tantos sacrifícios para a população.

Para o senador, o modelo de privatização adotado pelo governo federal é perverso, dilapida o patrimônio público e não leva em conta o interesse dos brasileiros. Álvaro Dias considera que o patrimônio nacional está sendo vendido a preços vis, e denunciou que os poucos recursos da poupança nacional estão sendo usados para financiar a privatização.

O senador destacou que o país sempre teve grande capacidade de crescimento durante muitos anos, com média de 8% e picos de 12% de crescimento anual. Para ele, esses dados refletem a capacidade extraordinária de crescimento do Brasil. "Chego a imaginar que a afirmação de que



"O patrimônio nacional está sendo vendido a preços vis", advertiu Álvaro Dias

'basta o governo não atrapalhar para o Brasil crescer' tenha razão de ser", afirmou.

Álvaro Dias disse que, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o ano de 1999 foi especialmente ruim para as empresas brasileiras, que registraram um prejuízo de R\$ 2 bilhões. A rentabilidade média das empresas sobre o patrimônio líquido caiu de 4,2% em 1998 para 1,2% no último ano. "As empresas brasileiras estão deven-

do mais a terceiros do que possuem", explicou.

O senador informou que as associações comerciais do Paraná se reuniram recentemente em Foz de Iguaçu para debater a situação econômica brasileira. Entre as principais críticas, ele destacou a carga tributária extremamente onerosa para alguns setores, as taxas de juros mais altas do mundo e a ausência de recursos para novos projetos de investimentos.

Economia do Paraná está em crise, diz senador

O Paraná teve, em 1999, uma queda de 9,7% na produção industrial, segundo dados do IBGE citados pelo senador Álvaro Dias. Ele destacou que o estado, que tradicionalmente apresenta índices de crescimento maior do que a média nacional, teve no ano passado o pior desempenho do país. "Nos últimos 12 meses, o país cresceu e o Paraná decresceu", lamentou Álvaro Dias, para quem o estado precisa de mudanças em sua política de desenvolvimento econômico.

"É preciso estabelecer um mo-

delo de desenvolvimento realista, de acordo com a vocação natural do Paraná", defendeu Álvaro Dias. O senador lembrou que Curitiba está com quase 20% de sua população desempregada. "O governo paranaense está privilegiando uns poucos grupos estrangeiros, enquanto empresários locais se ressentem da falta de apoio oficial", salientou.

O senador criticou ainda a "dilapidação crescente e absoluta do patrimônio do estado", com privatizações equivocadas e danosas ao interesse público.

Ele denunciou, por exemplo, que o Banco do Estado do Paraná recebeu R\$ 5 bilhões dos cofres públicos para ser saneado e se tornar lucrativo, e agora será vendido por R\$ 400 milhões – menos do que o lucro apresentado em seu último balanço. Álvaro Dias está preocupado com o futuro de pequenas agências do interior, não lucrativas, e perguntou qual será o compromisso do futuro comprador do banco, que já foi o sétimo maior do país, com a população do estado.

José Jorge propõe incentivo para cursos profissionalizantes

O senador José Jorge (PFL-PE) propôs ontem que o governo conceda redução de impostos às empresas que fizerem gastos com cursos profissionalizantes de seus trabalhadores ou ajudem as escolas da sua cidade que ofereçam treinamento de trabalhadores.

Para ele, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) abriu caminho para os cursos profissionalizantes, ao acabar com a exigência de estudos formais anteriores para seus alunos, mas o problema do financiamento de tais escolas não está plenamente resolvido. O incentivo fiscal permitiria a abertura de novos cursos.

"O Brasil vive um momento importante na área de educação profissional, tendo eliminado as distorções das antigas escolas federais", disse José Jorge. Agora, é possível uma empresa assinar convênio com uma escola pública para oferecer aos seus trabalhadores uma profissionalização compatível com o serviço que executa.

Conforme o senador, a nova situação exige que as empresas se aproximem das escolas profissionalizantes, façam parcerias, manifestem suas necessidades de qualificação profissional, inclusive atendendo às vocações regionais. Ele defendeu que seja ampliada a rede física de escolas profissionalizantes, garantindo o "acesso efetivo da população a essa modalidade de ensino".

José Jorge informou que o estado de Pernambuco não perdeu tempo e já está construindo centros tecnológicos de educação profissional no Recife e em cidades do interior, um investimento de R\$ 36 milhões, parte financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo governo federal. Entre outras coisas, o governo pernambucano vem procurando oferecer cursos profissionalizantes adaptados às condições regionais.



José Jorge: o incentivo fiscal permitiria a abertura de novos cursos

Assim, a região de Araripina, importante pólo de gesso do estado, contará com cursos voltados para esta atividade.

Brasil 500



TERÇA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30h – Sessão não deliberativa

COMISSÃO

15h – Subcomissão Permanente do Judiciário
Pauta: depoimento do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30h – Sessão não deliberativa

Quinta-feira
10h – Sessão não deliberativa

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Quarta-feira
12h – Cultura ao Meio-Dia
Filme: O toque do aboé, de Claudio Mac Dowell.
Auditório Petrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Subcomissão do Judiciário ouve ministro hoje

O titular da pasta do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, fala aos senadores sobre a liberação de verbas federais para a construção do fórum trabalhista de São Paulo

A Subcomissão Permanente do Judiciário ouve hoje, às 15 horas, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, sobre a liberação de verbas federais para a construção do fórum trabalhista de São Paulo. O ministro deverá explicar a utilização, para a conclusão da obra, de recursos da reserva de contingência do governo. O montante liberado seria da ordem de R\$ 11 milhões em 1995 e R\$ 25,7 milhões em 1996.

O requerimento de convocação de Martus Tavares foi apresentado pelo deputado Djalma Paes (PSDB-PE) à Comissão Representativa do Congresso Nacional em julho, durante o período de recesso legislativo, logo após a publicação de notícias sobre a liberação de verbas da reserva de contingência do governo para a obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Assim como os demais requerimentos apresentados à Comissão Representativa, o pedido de convo-

cação do ministro foi repassado à Subcomissão do Judiciário.

O deputado observa na justificativa de seu requerimento que, apesar das irregularidades registradas durante a construção, a obra do fórum trabalhista recebeu desde 1995 recursos sob a forma de créditos suplementares remanejados de dotações contingenciadas. A reserva de contingência, pondera Paes em seu requerimento, destina-se a cobrir, durante o exercício, eventuais insuficiências de recursos para obras previstas no Orçamento da União.

Na tentativa de esclarecer o desvio de recursos públicos durante a construção do fórum trabalhista de São Paulo, a Subcomissão do Judiciário já ouviu o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, cin-



A Subcomissão do Judiciário apura o desvio de R\$ 169 milhões da obra do fórum trabalhista de São Paulo

co procuradores da República, presidentes e ex-presidentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do TRT-SP, e funcionários dos dois tribunais. Também prestaram depoimento integrantes de uma comissão do TRT que acompanhou a obra do fórum trabalhista, da qual calcula-se que tenham sido desviados R\$ 169 milhões.



Requerimento de convocação de Martus Tavares foi apresentado à Comissão Representativa do Congresso

Para Tião Viana, filantropia oficial está favorecendo o enriquecimento ilícito

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a atual política de isenção de pagamento do INSS para entidades educacionais e hospitalares está beneficiando apenas os que atendem à classe média alta. Segundo ele, a filantropia oficial está criando "um corredor de enriquecimento ilícito neste país".

Tião Viana baseou sua denúncia em reportagem publicada no *Jornal do Brasil*, segundo a qual as



Viana sugere que o Congresso se ocupe da denúncia sobre a política de isenção de pagamento do INSS

isenções proporcionadas pelo governo representaram uma renúncia de R\$1,9 bilhão em favor das classes média e alta, em 1999. A reportagem informa que a Pontifícia Universidade Católica (PUC) foi a maior beneficiada, com uma isenção de R\$ 22,8 milhões somente na área de educação, no ano passado. Aparecem também na lista dos maiores beneficiados o

Centro Educacional da Lagoa e a Fundação Universidade Cásper Líbero.

O Centro Educacional da Lagoa é frequentado pela classe média alta carioca, tem seis endereços nos pontos mais valorizados da Zona Sul e ganhou o direito de deixar de recolher R\$ 6 milhões para o INSS no ano passado, disse Tião Viana.

— O que intriga é que o dono da instituição é o empresário Júlio Lopes, ex-noivo da modelo Adriane Galisteu e dirigente do Flamengo — disse.

Já a Fundação Cásper Líbero, apesar de beneficiada com uma isenção de R\$ 4,5 milhões, "não recolhe um centavo de contribuição patronal sobre a folha salarial de todos os seus oitocentos funcionários", protestou Tião Viana.

O senador destacou a importância da reportagem: "Confesso a minha perplexidade e acredito que esse debate promovido pelo *Jornal do Brasil* deveria ocupar o Congresso Nacional", frisou, acusando o governo de agir "com absoluto descompromisso em controlar a vazão de seus gastos."

Tião Viana avaliou que as irregularidades apontadas demonstram como estão mantidos os privilégios que dão origem aos fossos entre pobres e ricos no Brasil. Do mesmo modo, ele concluiu que a reforma do Estado tem sido "muito fantasiosa e profundamente descomprometida com as razões sociais do país".

Lobão elogia trabalho de Sarney Filho na preservação da Amazônia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou ontem a atuação de José Sarney Filho no Ministério do Meio Ambiente. Lobão destacou o empenho do ministro na defesa da cobertura vegetal amazônica, especialmente no desenvolvimento do programa Amazônia Fique Legal, lançado pelo ministério no ano passado, que se destina à preservação da floresta e ao desenvolvimento sustentado.

— Felizmente, vem se alterando, com perspectivas muito positivas, a situação de descalabro em termos de meio ambiente. Tal situação ganhou, inclusive, repercussões negativas internacionais, levando ao questionamento da competência brasileira na preservação dos bens que interessam ao meio ambiente do planeta — avaliou.

Lobão informou que 14% de toda cobertura vegetal da Amazônia já foram desmatados, seguindo o mesmo roteiro de destruição experimentado pela Mata Atlântica, quase extinta.

— Tivemos a desventura de testemunhar a situação das espessas florestas que seriam dizimadas por aventureiros inescrupulosos de madeireiras em busca das espécies nobres em extinção, além da exaustão de rios antes caudalosos. Mas, dá-se uma guinada na política ambiental brasileira, para mudar esse fantasma da degradação — disse.



Edison Lobão diz que "situação de descalabro" em relação ao meio ambiente está sendo revertida

Segundo o senador, muitas pedras aplicadas contra quem descumpra a lei e a maior alocação de recursos para o ministério estão conseguindo coibir a derrubada de árvores e as queimadas.

— Ampliou-se em 470% o quadro de pessoal, incluindo novos fiscais e técnicos para o combate a incêndios e desmatamentos. Conta-se com um sensor por satélite que é capaz de identificar a posição geográfica de um foco de calor acima de 47° na superfície do solo — salientou.

De acordo com Lobão, a nova política ambiental tem salvado, na Amazônia, um dos ecossistemas mais ricos do mundo, com cerca de cinco mil tipos de árvores, um milhão e meio de espécies vegetais, três mil espécies de peixes, 950 espécies de pássaros e 300 de mamíferos.

Projeto assegura os direitos de deficientes, idosos e gestantes

Proposta a ser votada pelo Plenário no dia 14 prevê atendimento prioritário em meios de transporte, bancos e repartições públicas

O Senado deve votar na sessão do próximo dia 14 projeto de lei que regulamenta dispositivos constitucionais sobre a integração social da pessoa portadora de deficiência e asseguram direitos aos idosos e à família. O projeto, de autoria do ex-senador Francisco Rollemberg (PFL-SE), prevê tratamento e atendimento prioritários a portadores de deficiência física ou mental, idosos com mais de 65 anos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas de crianças de colo e aposentados por invalidez.

Esse tratamento é obrigatoriamente diferenciado, de acordo com a proposta, e estende-se a todas as instituições financeiras, repartições públicas e concessionárias de serviço público, empresas públicas e privadas de transporte, edifícios de uso público. O atendimento terá que ser imediato e novas normas de construção, que facilitem o acesso de portadores de deficiência ou idosos, deverão ser baixadas pela autoridade competente, para o licenciamento de edificações de uso público.

O projeto prevê também que os fabricantes de veículos para trans-

MAIS INTEGRAÇÃO

O projeto prevê tratamento e atendimento prioritários e obrigatórios a...

- portadores de deficiência física ou mental
- idosos com mais de 65 anos
- Gestantes
- Lactantes
- pessoas acompanhadas de crianças de colo
- aposentados por invalidez

...nos seguintes locais:

- Instituições financeiras
- repartições públicas
- concessionárias de serviço público
- empresas públicas e privadas de transporte
- edifícios de uso público

porte coletivo terão prazo de um ano, após a publicação da lei, para realizar as alterações necessárias. Os veículos já existentes terão pra-

zo de 180 dias para realizar as adaptações necessárias ao acesso facilitado. O projeto prevê ainda a aplicação de multas e penalidades.

Marina defende o plebiscito da dívida externa

A senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou apoio ontem, em Plenário, ao movimento Jubileu 2000, que prega o cancelamento da dívida externa e propõe um plebiscito, entre 2 e 7 de setembro, para que a população decida se o Brasil deve ou não pagar a parte oficial da dívida aos organismos financeiros internacionais. Ela rebateu as críticas do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que considerou a idéia um “desserviço ao país”.

— Ao contrário do que disse Malan, esta não é uma iniciativa do PT, e presta, sim, um grande serviço ao Brasil. A campanha do Jubileu 2000 é internacional, incluindo, além do Vaticano, todas as igrejas da comunhão anglicana e o Conselho Mundial de Igrejas, com 340 confissões cristãs, que se pronunciaram pela necessidade urgente de

reavaliar as dívidas e considerar a possibilidade de seu total cancelamento — afirmou Marina Silva, classificando o Jubileu 2000 como um movimento de “pessoas de bem”.

Marina ressaltou que o plebiscito pretende estimular a reflexão da sociedade brasileira sobre a questão. De acordo com a senadora, não só o Brasil mas todos os países pobres sofrem com o endividamento e a transferência de seus recursos para os países ricos e para o sistema financeiro internacional.

— São necessárias mais do que medidas compensatórias, de emergência, por parte dos países desenvolvidos. Cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo vivem com menos de um dólar por dia. No Brasil, há 78 milhões de pessoas nessas condições — observou a senadora, critican-

do o discurso liberal, para o qual a simples inserção do país no sistema financeiro traria a solução para a pobreza.

Ela salientou que tanto o plebiscito a ser realizado quanto o Tribunal da Dívida Externa — que reuniu 100 representantes de igrejas, movimentos sociais e entidades da sociedade civil, além de enviados da América Latina, Estados Unidos e Europa — são desdobramentos do Jubileu 2000. No Brasil, tais iniciativas têm recebido o apoio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Central dos Movimentos Populares (CMP).

Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:



Endrigo Francisco da Silva, de Araraquara(SP), pergunta

Senador Lúcio Alcântara responde

“O que os senadores estão fazendo para os jovens ingressarem e se interessarem pela política?”

No Brasil, apesar de todo avanço na produtividade do trabalho legislativo e toda agilização do aparato operacional do Congresso Nacional, nossa sociedade parece cada vez menos interessada na prática política, afigurando-se apática diante de frequentes convocações para o debate público.

Em pesquisa divulgada recentemente pela Fundação Perseu Abramo, aferindo o grau de interesse do jovem brasileiro na participação política, constatou-se uma preocupante realidade: a alienação política de nossa juventude cresce na proporção inversa de sua crença no regime democrático. Mais que isso, observou-se que 81% do conjunto dos entrevistados não confiam nem nos partidos, nem nos políticos. A apatia se consuma de vez quando se percebe que 56% dos jovens contatados afirmam que, individualmente, não influenciam em “nada” para mudar o rumo da questão política. Por último, a pesquisa mostra que 76% dos entrevistados nunca tomaram parte de manifestações, nem assinaram manifestos de protesto ou reivindicação.

Sabemos o quanto nossa juventude, sob o efeito da globalização, se inclina para aquilo que está mais à disposição do consumo individualista, fácil e ligeiro. Isso, inevitavelmente, leva nossos jovens a descartar a política de sua agenda mais próxima, sem se importar com o fato de que o exercício do poder representativo pressupõe o tempo da reflexão e o tempo da ação comunitária.

Para reverter tamanho desânimo, é preciso que tomemos algumas providências urgentes, entre as quais devemos destacar o papel da educação política na formação de nossos estudantes. Por educação política devemos entender o despertar de uma nova consciência para a responsabilidade da coisa pública. Nesse contexto, um programa de educação política deve encampar não somente a explanação de tópicos históricos, filosóficos e sociológicos, mas também a promoção de iniciativas práticas que animem a inserção do jovem no cotidiano político de sua cidade, de seu estado e de seu país.

Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

Subsecretaria de Projetos Especiais - INCDM

www.senado.gov.br

Regras podem tornar gestão pública mais transparente

Anteprojeto de emenda constitucional e de lei complementar que pretendem impedir a corrupção poderão ser aperfeiçoados, com as sugestões feitas pela população, antes de serem examinados pelo Congresso Nacional

Antes de serem votados pelo Congresso, já estão disponíveis para consulta pública na Internet a proposta de emenda constitucional e o anteprojeto de lei complementar que pretendem tornar mais transparente a administração pública e impedir a corrupção.

A exemplo do Código de Conduta da Alta Administração Federal, as minutas das duas propostas poderão ser aperfeiçoadas por críticas e sugestões feitas pela população até o dia 31 de outubro, através dos endereços eletrônicos www.planejamento.gov.br e www.fazenda.gov.br.

Anunciadas na semana passada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, as iniciativas alcançam os três Poderes (Executivo,

Legislativo e Judiciário) e os três níveis de governo (União, estados e municípios). As propostas visam melhorar os sistemas de acompanhamento, controle e avaliação das contas públicas, para evitar desperdício e desvio de recursos. Também garantem maior acesso da sociedade às informações governamentais, a partir da diversificação dos mecanismos de controle social, via Internet e centrais de atendimento ao cidadão.

OBRAS IRREGULARES

Mudanças nos sistemas de controle interno e externo das três esferas de poder e governo e na elaboração do Orçamento integram o anteprojeto de emenda constitucional. Dentre os principais aspectos, destacam-se a proi-



O presidente Fernando Henrique sugere que as normas sejam aplicadas aos três Poderes

bição de liberação de verbas orçamentárias para obras ou serviços considerados irregulares pelo

Congresso e pelo Tribunal de Contas da União (TCU); a vinculação do controle interno do Judiciário ao Conselho Nacional de Justiça, a ser criado na reforma do Judiciário; e fixação de prazo de 60 dias para que o TCU apure denúncias de irregularidades em obras públicas.

Já o anteprojeto de lei complementar institui normas gerais de direito financeiro para controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados e municípios. As principais alterações referem-se à criação do Conselho de Dirigentes do Controle Interno, formado pelos titulares dos órgãos centrais de controle interno dos três Poderes; definição de princípios de fiscalização orçamentária,

contábil, financeira e patrimonial da União, dos estados e municípios; e novos critérios para escolha dos ministros do TCU.

As regras estabelecidas pelo Código de Conduta aplicam-se, a princípio, a ocupantes de cargos de alto escalão do Executivo, mas devem ser estendidas a autoridades do Judiciário e do Legislativo.

Embora não tenha poder coercitivo, o Código de Conduta pretende regular o comportamento do gestor público, a fim de evitar conflitos de interesse entre as esferas governamental e privada.

O código também cria uma quarentena de quatro meses para que a autoridade afastada das funções públicas tenha permissão para ingressar no setor privado.

PRINCIPAIS MUDANÇAS PROPOSTAS PELO EXECUTIVO

ANTEPROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL



Estabelece que a prestação de contas anual do presidente da República passa a se chamar prestação de contas anual da União, incluindo as contas do presidente da República, dos presidentes da Câmara e do Senado, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, estes últimos a serem criados

Fixa o prazo limite de 15 de dezembro para julgamento, pelo Congresso Nacional, das contas da União relativas ao exercício anterior



Prevê o controle social das contas públicas, permitindo o acesso da sociedade aos dados, via Internet, um canal que também poderá ser usado para denúncias de irregularidades

Determina que os órgãos de controle interno dos três Poderes da União, dos estados e municípios terão 30 dias para comunicar ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público as denúncias de irregularidades na gestão de recursos públicos de que tomarem conhecimento



Cria nova sistemática para a comunicação de irregularidades pelo TCU à Comissão Mista de Orçamento, estabelecendo prazo de até 60 dias para apuração das denúncias. Também torna obrigatória a divulgação pública dessas denúncias e o cumprimento do prazo de 30 dias para resposta às consultas feitas pelos dirigentes dos Poderes e órgãos da administração pública



Limita a indicação dos futuros ministros do TCU, acaba com o mandato vitalício, estabelece mandato fixo de seis anos, prevê renovação de três novos membros a cada dois anos, valoriza a indicação de técnicos e restringe a indicação de ministros, secretários de Estado e parlamentares, sendo tudo isso extensivo aos tribunais de contas dos estados. Extingue os tribunais de contas dos municípios



Estabelece a responsabilidade solidária na elaboração das propostas orçamentárias e fixa normas para o seu encaminhamento. Responsabiliza os dirigentes dos tribunais superiores por omissão ou atos e fatos irregulares na execução orçamentária e financeira dos recursos públicos

Vincula o controle interno do Judiciário ao Conselho Nacional de Justiça. Submete os controles internos dos três Poderes a um Conselho de Dirigentes de Controle Interno, a ser criado por lei complementar



Veda a concessão de crédito orçamentário ou adicional, bem como a execução de crédito aprovado para despesa com obra ou serviço objeto de sustação pelo Congresso Nacional

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Estabelece princípios e normas gerais para o sistema de acompanhamento, controle e avaliação, bem como para a gestão orçamentária, contábil, financeira e patrimonial da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal



Introduz princípios de controle social na elaboração, aprovação, implantação dos planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamentos e dos diversos demonstrativos das contas públicas, garantindo ampla transparência, com acesso às informações através da Internet

Define que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração direta e indireta será exercida pelo controle externo do Legislativo e pelos sistemas de controle interno de cada Poder



Assegura o acesso às informações por todos os órgãos de controle e estende a fiscalização aos beneficiários no caso de renúncia de receita ou subvenção;



Define critérios para nomeação do responsável pelo controle interno de cada Poder, que devem atender aos mesmos requisitos exigidos dos ministros do TCU. Fixa o prazo de seis anos de mandato para os dirigentes de órgãos de controle interno. Institui o Conselho de Dirigentes do Controle Interno, que reunirá titulares dos órgãos centrais de controle interno dos três Poderes e ficará encarregado de coordenar as ações dessa área. Determina a divulgação dos resultados das ações de controle para os órgãos responsáveis pela elaboração e execução do orçamento

Cabral defende independência, com ética, do Ministério Público

Relator da Comissão de Sistematização na Assembléia Nacional Constituinte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) diz que não mudaria nenhum dos artigos que garantem a independência do Ministério Público. Quanto ao papel dos procuradores na atividade jurisdic

cional, afirma que esse tipo de autoridade precisa resistir à tentação de vazarem informações sigilosas enquanto não houver sentença definitiva da Justiça. “Minha velha mãe dizia que cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém”, aconselha. Ele deu a seguinte entrevista ao Jornal do Senado:

– O projeto conhecido como “Lei da Mordaça” será aprovado pelos senadores?

– Eu acho que esse projeto passa no Senado. O que eu não sei é se o projeto resultará na eficácia de impedir que a autoridade preste a informação de caráter sigiloso à imprensa. Esse é um problema de caráter e de ética. Se o procurador tiver um bom caráter, se for um profissional ético, ele não precisa de lei para cumprir sua missão, que é resguardar a inocência de alguém até prova em contrário.

– O senhor modificaria os artigos concernentes ao Ministério Público na Constituição?

– Como instituição, não há nada a ser alterado no Ministério Público. O que precisa ser mudado é o comportamento daqueles que, integrando a instituição, fazem dela alvo de comentários depreciativos. Não é a Procuradoria que merece reprovação, mas os que, dela fazendo parte, não têm o cuidado de zelar pelo seu bom nome. Eu não conheço o projeto de Lei da Mordaça. Entendo que Justiça e Ministério Público precisam ter liberdade de atuação, até porque um Judiciário capenga não condiz com uma democracia”

– Para o senhor, a independência dos procuradores é fundamental?

– Um Ministério Público sem independência não cumpre seu dever constitucional. O que é preciso é que cada um, juiz ou membro do Ministério Público, cumpra o seu dever, não revelando fatos que ainda não tenham consistência de prova, que sejam meros indícios, que podem levar um cidadão a ser enxovalhado e, lá na frente, descobrir-se não haver nenhuma cul-



Cabral diz que não mudaria os artigos da Constituição que garantem a independência do Ministério Público

pa formada contra ele.

– Mas haverá sempre o risco de isso acontecer.

– Esse é um problema ético. No meu entender, ainda que haja uma lei forte, e muitos a defendem, qualquer autoridade poderá fazer vazarem o que sabe, sem que outros tenham conhecimento desse vazamento, porque será uma relação entre a autoridade e o repórter. E o repórter, confiando na sua fonte, vai publicar o que foi vazado, e claro

que estará protegido pelo sigilo, o famoso sigilo constitucional que protege a fonte.

– O que o senhor aconselha, então?

– Quem exerce um cargo público precisa ter muita cautela. Quando fui presidente da CPI dos Precatórios, em nenhum instante revelei documentos sigilosos que me chegavam às mãos. Ali, se eu não tivesse maturidade, teria passado documentos para jornalistas, teria feito média com a imprensa para ver meu nome publicado nos jornais. As pessoas devem dar-se con-

ta de que é preciso conhecer muito bem a imprensa por dentro para se impressionar com o que ela diz por fora.

– O senhor proporia então o quê?

– Ética e postura da autoridade. Eu não conheço o trabalho dos procuradores que estão investigando o desvio de recursos do fórum trabalhista de São Paulo. O que sei é que um deles declarou, na subcomissão que trata da matéria, que não dispunha de provas concretas para os primeiros passos que deu. Ora, se ele o fez, foi uma precipitação. E eu acho que a precipitação está na fronteira da irresponsabilidade. Se a pessoa não tiver cuidado de veri-

ficar que determinado cidadão amanhã pode ter seu nome enxovalhado com uma simples notícia imprecisa, é evidente que está sendo imprudente. E a imprudência pode ser sinônimo, no caso, de leviandade.

Eu diria a esses rapazes, que talvez não tenham dez ou 15 anos de profissão, que tenham cautela. Minha velha mãe dizia que cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

“É um problema ético. Ainda que haja uma lei forte, e muitos a defendem, qualquer autoridade poderá fazer vazarem o que sabe”



Roberto Freire destaca a marca de Caio Prado “na memória e na atualidade do pensamento da esquerda brasileira”

Roberto Freire propõe homenagem a Caio Prado Júnior

O historiador e cientista social Caio Prado Júnior deverá ser homenageado pelo Senado na Hora do Expediente da sessão plenária do dia 22 de novembro próximo. Requerimento nesse sentido foi apresentado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), que invocou o extraordinário poder que teve o intelectual de marcar a memória e a atualidade do pensamento da esquerda brasileira.

Para Freire, Caio Prado Júnior está indissoluvelmente ligado à mudança do pensamento intelectual com relação à formação da nação, sendo extraordinária sua influência no cenário da cultura nacional. Referindo-se aos livros que revolucionaram esse pensamento, o senador cita especialmente *A Revolução Brasileira*, que, em sua opinião, levou a esquerda a alterar profundamente sua avaliação sobre o processo de construção da nação.

A partir desse livro, Freire compreende que as análises ba-

seadas na idéia da existência de um passado feudal no Brasil foram abandonadas, passando-se a compreender que o país, desde o seu descobrimento, já se situava no contexto das relações capitalistas mercantis. De acordo com o senador, no momento em que compreendeu isso, a esquerda brasileira passou a não trabalhar mais com a antiga idéia da revolução por etapas, que se inspirava no modelo da revolução soviética.

Em sua opinião, a partir daí a esquerda passou a preconizar um processo de transformação em confronto com a própria hegemonia capitalista. Para o parlamentar, foi Caio Prado Júnior quem modernizou toda a compreensão da esquerda brasileira, até levá-la, “pelo menos em seus setores mais lúcidos”, a abandonar a idéia da revolução como processo insurrecional, para dar lugar a processos de mudança baseados na democracia, como valor permanente e universal.

Senador vai denunciar acordo com setor automobilístico

O acordo de renúncia fiscal fechado entre o governo federal e o setor automobilístico resultou em perdas de US\$ 1,836 bilhão para os cofres públicos, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). Essa denúncia foi feita em Plenário ontem pelo senador Bernardo Cabral, que prometeu trazer mais informa-

ções sobre o assunto em seu discurso de hoje.

O senador pelo Amazonas afirmou que o acordo resultou em perda de arrecadação para o governo e perda de postos de trabalho para os trabalhadores, em uma situação que o TCU definiu como “moralmente questionável”.

Feira do Livro da Bahia teve 200 mil visitantes

Durante o evento, encerrado domingo em Salvador, o Senado inaugurou a Rede Virtual de Bibliotecas, que oferece por meio da Internet acervo com 500 mil documentos, e teve a oportunidade de mostrar aos baianos suas publicações

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Cidadania* — Senador Lauro Campos e o coronel Lúcio Gutierrez falam dos efeitos da globalização no Equador
 2h — *Saúde/Unip* — Obesidade — Parte 3
 2h30 — *Jornal do Senado*
 3h — *Cores do Brasil* — Sergipe
 3h30 — *Entrevista* — Senadora Marina Silva fala sobre o controle social das verbas públicas
 4h — *Jornal do Senado*
 4h30 — *Saúde/Unip* — Obesidade — Parte 3
 5h — *TV Escola* — Trama do Olhar — Um novo recurso para contar história
 5h30 — *Cores do Brasil* — São Luís, do Maranhão
 6h — *Saúde/Unip* — Obesidade — Parte 3
 6h30 — *Cidadania* — Senador Lauro Campos e o coronel Lúcio Gutierrez falam dos efeitos da globalização no Equador
 7h30 — *Entrevista* — Senadora Marina Silva fala sobre o controle social das verbas públicas
 8h — *Jornal do Senado*
 8h30 — *TV Escola* — Trama do Olhar — Um novo recurso para contar história
 9h — *Cores do Brasil* — Pernambuco
 9h30 — *Entrevista* — Senador Geraldo Althoff fala sobre os concursos públicos
 10h — *Palestra*: SBPC — Novas Tecnologias de Comunicação e Relações Sociais e Virtuais
 11h — *Especial: Fortes do Brasil* — Forte de Recife
 11h30 — *Debate* — Senador Pedro Simon e o presidente da OAB, Reginaldo de Castro, falam sobre o combate à corrupção
 12h30 — *Entrevista* — Senadora Marina Silva fala

sobre o controle social das verbas públicas
 13h — *Cores do Brasil* — Café no Oeste da Bahia
 13h30 — *Cidadania* — Senador Lauro Campos e o coronel Lúcio Gutierrez falam dos efeitos da globalização no Equador
 14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
 Logo após — Subcomissão do Judiciário (ao vivo)
 19h30 — *Cidadania* — Senador Lauro Campos e o coronel Lúcio Gutierrez falam dos efeitos da globalização no Equador
 20h30 — *Entrevista* — Senadora Marina Silva fala sobre o controle social das verbas públicas
 21h — *Jornal do Senado*
 21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
 Em seguida — Música e informação
 14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
 Em seguida — Subcomissão do Judiciário
 19h — *A Voz do Brasil*
 Em seguida — Música e informação
 20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
 Em seguida — Música e informação
 21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
 Em seguida — Música e informação
 21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
 Em seguida — Música e informação
 0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
 Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

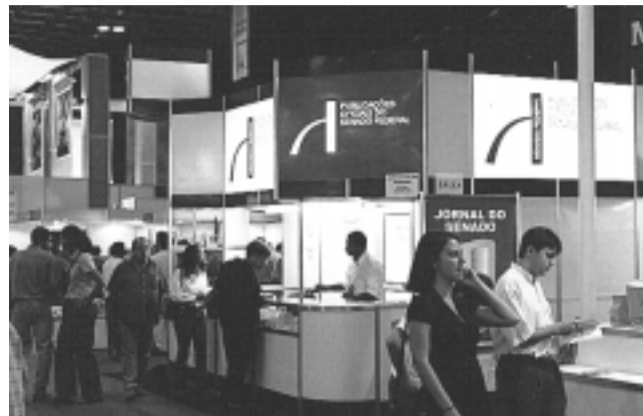
- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Presente à IV Feira Internacional do Livro da Bahia, encerrada no último domingo, o Senado teve a oportunidade de divulgar suas atividades e livros a um público estimado em mais de 200 mil pessoas. Desde a abertura do evento, quando o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, inaugurou a Rede Virtual de Bibliotecas —

Congresso Nacional (RVBI), o estande da instituição atraiu a atenção do público.

O lançamento da RVBI contou com a presença dos senadores baianos Paulo Souto (PFL) e Djalma Bessa (PFL) e de políticos locais, como o governador da Bahia, César Borges, e o prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, além da atriz Fernanda Montenegro e da escritora Zélia Gattai. A rede, que vai disponibilizar um acervo com cerca de 500 mil documentos, já pode ser acessada por meio do *site* do Senado na Internet.

Na feira, o Senado apresentou uma novidade aos visitantes: a exposição de documentos e de obras



No estande do Senado, a Constituição atualizada foi uma das publicações mais procuradas pelos visitantes

raras da coleção do ex-senador Luiz Viana Filho. O documento que mais despertou o interesse dos visitantes foi a carta de renúncia de Fernando Collor. Pôde ser vista igualmente a carta de renúncia de Jânio Quadros.

O Senado também lançou quatro livros durante a feira. Um deles, *Joaquim Nabuco — revolucionário conservador*, foi divulgado no evento pelo próprio autor, o cientista político Vamireh Chacon. Os livros *Rui, o estadista da República*, de João Mangabeira, *Pensamento e ação de Rui Barbosa* (seleção de textos feita pela Fundação Casa de Rui Barbosa) e *O Rio de Janeiro como é* de C. Schlichthorst, completam a lista de

lançamentos.

CONSTITUIÇÃO

As crianças foram o público predominante do evento. Os organizadores calculam que cerca de 90 mil estudantes de escolas da região tenham visitado a feira. No estande do Senado, as crianças receberam a cartilha *Jovem Cidadão*, puderam assistir à TV Senado e navegaram na Internet.

Como em outras feiras, a publicação mais vendida pelo estande do Senado foi a Constituição de 1988, atualizada até a emenda nº 28, e a *Coleção de Constituições Brasileiras*. Neste ano, o Senado já esteve com seu estande na Bienal Internacional do Livro de São Paulo e deverá participar ainda de mais duas feiras: a de Fortaleza (CE) e a de João Pessoa (PB). A participação da Casa em feiras do livro foi uma iniciativa do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que, em 1996, constituiu uma comissão composta por diversos órgãos do Senado para divulgar a instituição nesses eventos.

Bessa elogia presença do Senado na mostra

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) elogiou ontem em Plenário a participação do Senado na IV Feira Internacional do Livro da Bahia, encerrada domingo em Salvador.

— A feira foi marcada pelo sucesso de público, pela qualidade do produto editorial, pela presença de personalidades ilustres e pela participação do Senado, que, além de montar um estande para divulgar as obras da Subsecretaria de Edições Técnicas, promoveu o lançamento da Rede Virtual de Bibliotecas — destacou.

Djalma Bessa salientou que a participação do Senado não constitui uma ação isolada, mas faz parte de um projeto que aproxima a Casa do cidadão. Segundo disse, os últimos anos têm sido marcados por uma nova relação entre a instituição e a sociedade.

— Percebe-se uma preocupação do Senado em adequar-se aos novos tempos, não apenas na deliberação de matérias legislativas, mas em uma reestruturação interna, de forma a proporcionar uma comu-



Djalma Bessa avalia que a feira foi marcada pelo sucesso de público e pela qualidade editorial

nicação mais imediata, mais transparente e mais estreita com a população — disse.

O parlamentar elogiou também a atuação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que vem dando atenção especial à cultura e à informação. De acordo com Djalma Bessa, ao fortalecer setores como a Secretaria de Comunicação Social, Antonio Carlos tem dado maior visibilidade às

atividades da Casa.

— O *Jornal do Senado* e a TV Senado, criados e estruturados nestes últimos anos, já se incorporaram à vida cotidiana de diversos segmentos, ávidos em tomar conhecimento do que se passa na alta esfera legislativa — avaliou Djalma Bessa, destacando ainda a criação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o trabalho da Subsecretaria de Relações Públicas.

Marina quer proibição de transgênicos por cinco anos

Além dos potenciais riscos ao meio ambiente, senadora teme a crescente dependência dos agricultores para com os pacotes de sementes-herbicidas, o monopólio das empresas na área e a pressão pelo patenteamento de seres vivos

Cultivo, comercialização, importação e exportação, para consumo humano ou animal, de organismos geneticamente modificados podem ser proibidos no Brasil por cinco anos. É o que estabelece projeto de lei apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC), que será examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se aprovado, o Brasil poderá cultivar transgênicos apenas para fins de pesquisa de avaliação da biossegurança. O relator na CAS é o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Marina Silva destacou que o assunto desperta cada vez mais controvérsia, especialmente após a liberação pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do cultivo de soja transgênica no país pela empresa Monsanto. A senadora destacou que há falta de dados e literatura especializada sobre o assunto.

A senadora lembrou que as pesquisas no campo da engenharia genética começaram há duas décadas,



Para Marina Silva, as consequências a longo prazo do uso de produtos transgênicos ainda não estão claras

mas que apenas recentemente a produção de transgênicos tomou impulso. Ela acrescentou que a matéria ainda deixa apreensivos cientistas, entidades ambientalistas e de defesa do consumidor, uma vez que as consequências a

longo prazo do uso dos produtos não são ainda claras. Os resultados de alterações genéticas, conforme a senadora, são imprevisíveis e vão do desaparecimento de espécies silvestres à eliminação de fungos e insetos benéficos às plantas modificadas, além de possíveis efeitos tóxicos e alergênicos.

Marina destacou que, além dos potenciais riscos ambientais, também causam apreensão questões econômicas, como a crescente dependência dos agricultores para com os pacotes de sementes-herbicidas, o monopólio das empresas que comercializam sementes e a pressão pelo patenteamento de seres vivos.



O acesso aos recursos da biodiversidade começou a ser debatido há oito anos

Senadora cobra urgência para regulamentação do acesso a recursos genéticos

Ou o governo requer urgência urgentíssima para votar na Câmara uma lei que consolide os três projetos que regulamentam o acesso aos recursos genéticos no país ou negocia um projeto de lei de conversão à Medida Provisória 2.052, editada em 29 de junho e reeditada no último dia 31 de julho. Para a senadora Marina Silva, estas são as duas alternativas aceitáveis para desatar o nó feito pelo próprio governo. Mesmo convencida de que o governo de Fernando Henrique Cardoso já deu mostras de ser portador de uma "síndrome de autoria" que o leva a "piratear" iniciativas de leis (a "legispirataria"), ela supõe que, pela importância do assunto e em nome de um mínimo de respeito pelo Poder Legislativo e pelos setores sociais interessados no tema, o acesso aos recursos genéticos brasileiros não será organizado por

medida provisória.

Por via das dúvidas, Marina Silva informou que, juntamente com o senador Osmar Dias (PSDB-PR) e o deputado Jaques Wagner (PT-BA), encaminhou ofício ao presidente do Senado em que os parlamentares manifestam apreensão com a medida provisória e pedem a intervenção de Antonio Carlos Magalhães junto ao Executivo, para que não se reedite a MP, e para que se peça o recurso da urgência constitucional.

Quase cinco anos se passaram desde que a senadora, em 1995, apresentou a primeira proposta de regulamentação dos recursos genéticos, aprovada em 1998 sob a forma de substitutivo do senador Osmar Dias. De lá até agora, o projeto serviu de subsídio para a lei de acesso da Costa Rica e está em debate no México e em outros países da África e do Sudeste Asiático.

Aqui, lamentou a senadora, três meses após a aprovação no Senado, o governo remeteu à Câmara outra proposta, ao que Jaques Wagner contrapôs uma versão do projeto da senadora. Os três projetos, inclusive o do governo, estão parados, dado que só em junho de 2000 foram indicados os membros da base governista para a comissão especial da Câmara formada para elaborar parecer.

Se o primeiro projeto foi apresentado há cinco anos, o debate sobre a regulamentação do acesso aos recursos da biodiversidade nacional remonta a oito anos, à Rio-92, quando da aprovação da Convenção da Diversidade Biológica de que o Brasil foi um dos 180 signatários. Pela convenção, a biodiversidade deixou de ser "patrimônio da humanidade" e foi garantida a soberania dos países sobre seus recursos naturais.



A existência de um foco de febre aftosa no Rio Grande do Sul leva à necessidade de medidas drásticas...

Foco de febre aftosa não prejudicará exportações gaúchas, afirma Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) sustentou que a descoberta de um foco de febre aftosa no município de Jóia, no Rio Grande do Sul, não é preocupante nem prejudicará as exportações do estado. Ele lembrou que o Rio Grande do Sul tem o menor índice do país em frequência ou incidência da doença, "e isso já foi reconhecido internacionalmente".

Fogaça reconheceu que o estado pode sofrer um pequeno baque com o foco, mas esclareceu que esse é o custo a ser pago para manter a aceitação internacional de que gozam hoje todos os produtos frigoríficos do estado.

O parlamentar disse que seu estado tem plena segurança e convicção de que a febre aftosa está inteiramente erradicada e acrescentou que os indícios recentemente descobertos já foram objeto de providências por parte do secretário de Agricultura gaúcho, que anunciou as mais rigorosas medidas, inclusive fechando fronteiras.

De acordo com Fogaça, o Rio Grande do Sul já fez isso por um certo período, tornando a região área livre de febre aftosa. Ele ressaltou que, se houve uma brecha no sistema, medidas rígidas estão



...que, segundo José Fogaça, já estão sendo adotadas pelas autoridades sanitárias

sendo tomadas. "Não há nenhum problema, mas a suspeita da existência de um foco da doença leva à necessidade de medidas drásticas", acrescentou.

Fogaça observou que o caso identificado em Jóia pode não ter uma incidência repetitiva, porém as medidas de controle são necessárias para garantir a segurança da carne exportada pelo estado. O senador explicou que o Rio Grande do Sul, embora não seja o maior produtor, é o maior exportador brasileiro de carne bovina. "Nós temos tradição principalmente no gado de corte, no gado que tem qualidade." Segundo ele, as carnes que têm maior preço no mercado internacional são as produzidas no estado.